

# **ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IMPORTANCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Karina Marques da Silva

## **RESUMO**

A Assistência Social enquanto política pública pretende assegurar através de um conjunto integrado de ações, a efetivação de serviços que busquem o enfrentamento à pobreza, na garantia dos mínimos sociais e da convivência familiar e comunitária. Nesta perspectiva, este artigo visa discutir e problematizar alguns aspectos considerados importantes na elaboração e execução das políticas públicas, tendo como foco a participação das famílias atendidas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os resultados obtidos encaminharam para a compreensão das famílias enquanto sujeitos portadores de conhecimentos cuja convivência diária lhes possibilita aprenderem e ensinarem uns com os outros, através da colaboração na realização das atividades, bem como na resolução de conflitos advindos das diferenças que existem entre elas. Percebo, enquanto assistente social, que para as famílias, o espaço do CRAS garante a segurança e a supervisão de seus filhos, bem como um espaço em que possam ser ouvidas e valorizadas enquanto grupo social, através das ações socioeducativas e da convivência, os usuários aprendem a serem mais autônomos e responsáveis consigo mesmos e com os demais; haja vista, que na convivência e na participação política, as famílias constroem suas identidades e se fortalecem enquanto sujeitos. As dimensões apontadas podem ser de especial interesse para repensar as práticas desenvolvidas nos espaços não escolares de educação, sobretudo, quanto à formação dos educadores populares, bem como averiguar o potencial das famílias pauperizadas enquanto produtoras de conhecimentos e saberes importantes para a consolidação do trabalho socioeducativo.

## **1. Introdução**

A alma é uma cigarra. Há na vida um momento em que uma voz nos diz que chegou a hora de uma grande metamorfose; é preciso abandonar o que sempre fomos para nos tornarmos outra coisa [...].

Rubem Alves

Como assistente social responsável pelo acompanhamento das atividades e

atendimentos realizados pelo CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Cristais Paulista- pude vivenciar diariamente a execução de projetos e serviços desenvolvidos com as famílias, já que na perspectiva da PNAS/2004, o CRAS deve, preponderantemente, produzir serviços que assegurem a convivência e crie estratégias em que as famílias referenciadas se desenvolvam de forma mais autônoma. (SÃO PAULO, 2009).

Entende-se, portanto, que pelos serviços ofertados, as famílias encontrem novas possibilidades para descobrirem-se quanto às suas capacidades e habilidades, usufruindo, com isto, dos recursos presentes na sociedade atual; na tentativa de se romper com um tipo de cultura política que apenas tutela a população mais pauperizada. Objetivando constituir um espaço de convivência, formar para a participação e cidadania, estimular a autonomia.

Este artigo visa discutir a importância da participação das famílias na elaboração das políticas públicas, diante a preocupação em aproximar-me cada vez mais de suas reais necessidades na expectativa de que participassem da elaboração das atividades e se apoderassem do espaço dos Serviços de Convivência, para que não fiquem apenas “recebendo” aquilo que lhes é proposto; com intuito de tentar romper com um tipo de educação que visa apenas à transmissão unilateral de saberes, ou seja, valorizar a cultura e o conhecimento das famílias atendidas em todas as atividades.

Nesse contexto, relacionando as leituras de Paulo Freire e a filosofia libertadora de Enrique Dussel, pude pensar na participação popular de uma forma mais ampla, principalmente na importância do diálogo enquanto parte do processo de educar e educar-se, valorizando neste diálogo os saberes dos indivíduos acompanhados pela assistência social, como possibilidade de transformação e leitura da realidade a qual pertencem.

Os objetivos desta investigação foram discutir e levantar aportes teóricos capazes de compreender a participação das famílias atendidas pela rede socioassistencial de Proteção Social Básica através do CRAS, visando contribuir para a reflexão e elaboração de propostas que enfatizem a fala das famílias tanto na formulação de políticas públicas quanto na realização de pesquisas acadêmicas.

## **2. Política pública de assistência social e participação popular**

A primeira coisa da cidadania é saber conviver, mansamente com os outros que moram na mesma cidade.

Rubem Alves

A política pública sem a participação popular perde o seu caráter democrático e se

estabelece apenas enquanto forma de legitimação do poder de poucos “privilegiados”; por isto mesmo, concebo que o exercício de participar não aufere apenas às escolhas políticas partidárias, o cidadão se constitui quando se percebe fazendo parte do contexto social, quando visa legitimar a sua identidade através da legalidade para ele estabelecida, ou seja, quando utiliza e transforma e ao transformar também é transformado nos ambientes públicos que se insere.

A dimensão política do ser humano, portanto, independente do legal estabelecido está sempre sendo e nunca totalizada e fechada enquanto único viés; a simples existência da lei não garante que todos os cidadãos estejam contemplados ou possam sentir-se como parte do processo político seja ele macro ou micro social.

Numa sociedade marcada pelo modelo capitalista de produção e reprodução da vida cuja retração do Estado quanto à efetivação das necessidades públicas “no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria” (IAMAMOTO, 2001, p. 87), o exercício do poder passa a ser como ressalta Dussel (2007, p.16) “auto-referente (ou seja, para si próprios)” e “corrompido”, posto que, visa concessões somente para um grupo “pelo prazer de exercer sua vontade, como vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo antes seus inimigos, apropriação indevida de bens e riquezas” (DUSSEL, 2007, p.16).

Os problemas encontrados pelas classes populares (de “culturas” consideradas inferiores) na afirmação de suas existências enquanto pessoas de fato, tanto pela realização do trabalho quanto por outras atividades que lhes são excluídas socialmente, são cada vez maiores, sejam elas referentes ao alcance de uma boa educação, de saúde, trabalho, lazer dentre outras.

Neste contexto de excessivas privações sociais, a atuação pública das camadas populares, segundo afirma Dussel (2007, p.16) caracterizasse de forma mais “servil” que realmente como “ator da construção do político”, ou seja, inferindo diretamente nos espaços públicos os quais utiliza e frequenta os serviços.

O aumento da qualidade de vida dos cidadãos deveria ser considerado em primeiro lugar pelos dirigentes políticos, sendo a política, portanto, “esta responsabilidade pela vida em primeiro lugar dos mais pobres” (DUSSEL, 2007, p.106). Quando esta postura não acontece a intervenção política junto aos oprimidos e excluídos cria apenas uma análise mais técnica e instrumentalista, no que se refere à questão social no Brasil e limita o diálogo com a “vivência da pobreza” em si:

Observa-se esta tendência através da desconsideração de compromissos históricos com a cidadania; na modelagem tática do relacionamento com os

pobres, transformados em clientela de programas sociais; na neutralização dos movimentos sociais, acusados de incompreensão dos desafios do Brasil em face da globalização da economia; no aumento do número de especialistas em pobreza; na intervenção das agências multilaterais no equacionamento de regras para as políticas sociais, em todos os níveis de governo (RIBEIRO<sup>1</sup> apud RIBEIRO, 2005, p.22).

Iamamoto (2001, p.37) quando pontua a atuação do Estado frente às exigências sociais relacionadas aos direitos assegurados em lei, ressalta que este se guia pela “lógica do contador” que apesar de todos os preceitos constitucionais tem como prioridade a questão orçamentária. Nas palavras da autora: “faz do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado”.

Com isto, pensar na atuação da Assistência Social enquanto política pública que é engendrada pela questão social requer intervir diretamente na fomentação de “consensos entre classes” (IAMAMOTO, 2001, p.68). Segundo a autora:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

Na perspectiva de legitimar o atendimento às famílias e indivíduos vulnerabilizados, a partir do ano de 2004, no Brasil entrou em vigor a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que objetivava definitivamente organizar a assistência enquanto um Sistema Único denominado SUAS (Sistema Único de Assistência Social), assim como o SUS na Saúde. Segundo Abramovay et al (2010, p.30):

A vulnerabilidade específica uma determinada situação em que “o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes e inadequados para a sobrevivência. Pode se manifestar tanto no plano estrutural, numa propensão a descender e no plano subjetivo pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança.

Neste aspecto, no intuito de executar programas, projetos e serviços, a assistência é dividida em dois tipos de proteção: Básica e Especial. A proteção básica pretende prevenir situações de risco social<sup>2</sup>, através do desenvolvimento de atividades que possam estimular as

---

<sup>1</sup>RIBEIRO, A. C. T. A face social da mudança econômica: funções da pobreza. In: Flávia Barros (org.). *As estratégias do Banco Mundial para o Brasil*. Brasília: Rede Brasil, 2000.

<sup>2</sup> “Estão em risco (pessoal/social) as pessoas em situação de rua, de trabalho infantil, que tem restrições em sua vida decorrente do uso de substâncias psicoativas; ou ainda, que estão em risco (pessoal/social) em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, violência entre outras situações” (BRASIL, 2006, p.29)

potencialidades dos indivíduos e disponibilizar aquisições familiares e comunitárias, a proteção especial trabalha diretamente com casos em que as pessoas se encontram tanto em média quanto em alta complexidade de vulnerabilidade, isto é, já tiveram seus vínculos rompidos de alguma maneira.

Acredito, no entanto, que a própria necessidade de integração a um dos programas assistenciais vem a indicar certa vulnerabilidade e não a prevenção para que esta venha acontecer. Nas palavras de Costa (1990, p.74):

[...] esta discussão envolve um aspecto mais profundo, no qual não existem programas preventivos na assistência social, uma vez que pela própria necessidade de ser inserido em um programa assistencial significa que a linha de risco foi ultrapassada e o indivíduo se encontra em situação de vulnerabilidade. Estando estes projetos sociais como possibilidade de “interromper o processo de degradação da pessoa ou do grupo em questão” e não enquanto prevenção.

Concebo que esta cisão de nomenclaturas e “vulnerabilidades” acaba muito mais encobrendo uma série de injustiças e exploração advindas da administração de um Estado Neoliberal, que naturaliza e responsabiliza os cidadãos pela situação de pobreza em que vivem e ainda se julga com poderes para classificar o nível de pobreza em que se encontram, como se fosse fácil reconhecer-se enquanto usuário de uma política pública assistencial.

As classes subalternas, portanto, acabam sendo culpabilizadas pela situação em que se encontram, sendo caracterizadas pela falta de qualificação profissional e conhecimento (muitas vezes são tidas como ignorantes) em detrimento de uma política de aumento dos lucros, da reestruturação produtiva e da manutenção do poder capitalista (MATTOS, 2005).

Por isto mesmo, o campo referente a esta política pública não deixa de refletir um aspecto vinculado à organização de uma sociedade cuja legislação e as relações entre as pessoas se caracterizam pela existência estrutural de relações de poder; onde muitos daqueles que exercem as lideranças públicas (as classes dominantes e detentoras do capital) consciente ou inconscientemente tendem a não romper com o sistema capitalista que os mantém; se asseguram no passado que lhes concedeu o governo e temem uma maior mobilização por parte dos marginalizados socialmente. Dussel (1997, p.268) acredita que:

---

O dominador tende a dominar o sistema, a totalidade que é fruto de um processo de libertação anterior que o levou ao poder. Por isso, aquele que domina não pode senão pensar que o tempo melhor é o passado: todo passado foi melhor e todo futuro é perigoso para o seu poder, sua dominação.

Assim, toda possibilidade concreta de alteração da estrutura atual é perigosa àqueles que desejam manter o status quo. Para Iamamoto (2010) o papel do Estado é manter a estrutura de classes e as relações de produção vigentes, isto é, “apesar de se legitimar as conquistas sociais, estas não ultrapassam os limites da própria pobreza, o sujeito das políticas públicas assistenciais continua pobre, mas, pobre “assistido” e respaldado legalmente” (IAMAMOTO, 2010, p. 120).

A autora, ainda, destaca o frágil caráter democrático da sociedade brasileira, cujas bases sempre estiveram vinculadas à subordinação aos interesses das classes dominantes, desde a ascensão ao poder das oligarquias que aceitavam os ditames competitivos do mercado, mas, ignoravam através do mandonismo e autoritarismo, a participação pública de outros sujeitos.

Perfila-se, em conseqüência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas, “em que o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo” apesar das fórmulas político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (IAMAMOTO, 2010, p. 132).

Nesta circunstância, para que haja a consolidação do Estado democrático há que considerar as pessoas imbricadas em suas lutas sociais, seus desejos, formas de expressão; “todo campo político é um âmbito atravessado por forças, por sujeitos singulares com vontade e com certo poder” (DUSSEL, 2007, p.18), não sendo fácil, no entanto, que todos tenham voz e escuta frente a suas necessidades; desde que concebo a atividade política enquanto força a organizar e promover a produção e reprodução da vida dos membros de determinada comunidade num sentido local e mais amplamente aos brasileiros em geral. Segundo Fernandes e Montrone (2009, p.77):

Comumente, a questão da maioria torna-se um dos desafios na construção da democracia, porque, de forma geral, muitas pessoas podem considerar que, sendo atendida a vontade da maioria, fez-se justiça social. Porém, nem sempre a vontade da maioria respeita os direitos básicos das minorias.

Neste sentido, toda e qualquer atuação dentro da Assistência Social (e, também, no que se refere à política pública como um todo) converge num processo contínuo de desvelamento desta realidade, de exposição e reflexão daquilo que os constitui enquanto humanos frente ao

contexto histórico-social, político, econômico, cultural em que vivem no presente, posto que, ainda, existe entre nós uma carência de compreensão da organização pública. Nas palavras de Freire (1997, p. 14):

Será a consciência crítica de nossa responsabilidade social e política, enquanto sociedade civil, não para substituir as tarefas do Estado, deixando-o dormir em paz, mas aprendendo a mobilizar-nos e a organizar-nos para melhor fiscalizar o cumprimento ou o não-cumprimento, por parte do Estado, dos seus deveres constitucionais, que nos levará a bom termo no enfrentamento deste problema.

Limitações, em contrapartida, que não impedem que os sujeitos se posicionem, posto que, a política nunca deixa de ser vivenciada em suas ausências, ou seja, quando não atende às expectativas das classes populares, estas revidam, mesmo sendo através da “não resposta”, do “silêncio” ou do distanciamento. São várias as formas que os sujeitos encontram para resistirem e se expressarem dentro de uma mesma realidade. Para Algebaile (2005) a política social não é neutra e representa os interesses dos grupos que estão no poder, sendo alvo, portanto, de conflitos e de contradições. Nas palavras de Algebaile (2005, p.74):

Esta perspectiva mais ampla é, também, a que melhor permite perceber que a política social, nas sociedades capitalistas, longe de ser uma estância neutra voltada ao bem-estar e à igualdade social, é um campo de intensas contradições e conflitos de interesses, marcado pela permanente tensão entre interesses públicos e privados, entre lutas por direitos coletivos e o uso instrumental do estado a favor de uma ordem econômica que produz e reproduz continuamente as desigualdades sociais e a pobreza.

Os cidadãos “usuários<sup>3</sup>” dos serviços assistenciais são portadores de competência política, esta, no entanto, mais associada ao julgamento que fazem de suas experiências vividas cotidianamente, através das várias negações<sup>4</sup> que enfrentam para que possam sobreviver do que à própria relação com o Estado. Ressalto que apesar do não envolvimento direto no enfrentamento das situações de pobreza, as pessoas atingidas por ela através de seus atos expressam suas posições quanto à situação social ao qual estão expostas. Assim:

[...] a política aqui compreendida não se restringe à relação das pessoas com o Estado. Nenhuma ação humana é despoliticada, porque cada ato humano está sempre carregado de uma concepção de sociedade, ou seja, todo ato que executamos está necessariamente a favor ou contra o sistema de dominação vigente, sendo, portanto, um ato político. (FERNANDES; MONTRONE, 2009, p. 75).

---

<sup>3</sup> Termo técnico utilizado pelo Serviço Social.

<sup>4</sup> Negações estas referentes à relação de trabalho, ao baixo salário, à precária condição de moradia, dificuldade de acesso à escolaridade, dentre outras.

Por isso, penso que a cidadania envolve, mormente, a vontade e o compromisso de todas as pessoas em participarem de uma sociedade e se reconhecerem nela enquanto produtores e reprodutores de suas vidas. Para Couvre (1993, p. 73):

A bandeira de luta da cidadania plena deve ser transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também à questão do desejo- a identidade do indivíduo com as atividades que realiza.

Julgo importante pensar que apesar de todas as barreiras produzidas para que os marginalizados e excluídos não se identifiquem socialmente e não se (re) conheçam nos espaços públicos criados para eles (e não com eles), há sempre a opção pela realização da vida, pela resistência em prol dos padrões estritamente técnicos e normativos estabelecidos pela lei. Por isso afirma Fiori (1991 p. 122) que:

Haverá, sempre, contudo, o lugar, que é fundamental na política, para as opções humanas, ou seja, para as opções livres. Portanto, a direção ativa e racional da intersubjetividade no seu processo histórico nunca se reduzirá exclusivamente a regras técnicas, sempre conservará seu caráter ético, porque sempre será direção pessoal de sujeitos que fazem a sua opção. Opção, não em função do que é mais ou menos conveniente do ponto de vista técnico ou da eficiência, mas de um profundo e radical engajamento da pessoa no processo histórico – o que foge inteiramente a qualquer técnica.

Mattos (2005) adverte que atualmente, houve por parte do Governo a tentativa de se equacionar a divisão dos poderes públicos com a população através dos Conselhos (Conselho Tutelar, Saúde, Assistência, etc.), o que, por sua vez “em boa parte dos pontos dos Brasis, nem sequer foram implantados, e em outras partes são utilizados como braços políticos da manutenção de poderes locais” (MATTOS, 2005, p.118).

A participação política é tratada com descaso e mero cumprimento de processos burocráticos desvirtuando o sentido pleno político. Dussel (2007, p.31) chama atenção a que “o sujeito coletivo primeiro e último do poder, e por isso soberano e com autoridade própria ou fundamental, é sempre a comunidade política, o povo”.

Entendo que tirar este poder do povo é afetar-lhe, sobretudo, em sua atividade específica de ser humano capaz de criar condições suficientes de pensar-se e (re) pensar-se na ação, naquilo que lhe satisfaz enquanto parte de um grupo ou de uma comunidade, nunca sendo, portanto, tarefa de uma só pessoa ou de um único grupo. Para Freire (2007) a vocação do ser humano caminha sempre no sentido em que possa fazer-se e (re) fazer-se num total



envolvimento do domínio político no qual se dão as relações de poder e que se criam as ideologias; indo muito além do imediato, posto que, está sempre em movimento.

Neste sentido partindo do plano da macro-política assistencial, referendada pelo Estado e assegurada desde a Constituição e que vem se constituindo com legislação própria através da LOAS/1993, NOB/2005-2006, PNAS/2004 até a execução a nível municipal da mesma há, portanto, a confluência de interesses e que ao serem institucionalizados em forma de serviços se convertem em ambientes mais próximos e visíveis das reais necessidades do povo e que interage diretamente com o cotidiano das pessoas atendidas. Para Heller (1972, p.17) a vida cotidiana é:

a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

Para a execução e interação direta junto ao público da Assistência Social no atendimento à baixa vulnerabilidade foram implantados os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) em quase todos os municípios (aqueles que ainda não o fizeram, estão sendo preparados para o fazerem com subsídio governamental) que visam ser a porta de entrada para a acolhida e responsável pelo acompanhamento dos que dele necessitem através da oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

No interior dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos assegurados legalmente através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução nº 109, de 2009 o objetivo central é a garantia de atividades que formem um espaço de socialização, convivência, aprendizagem, geração de renda dentre outras que proporcionem a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da auto-estima.

Neste encontro cotidiano, entretanto, a partir da realização das atividades socioeducativas surgem às várias expressões e manifestações relacionadas às famílias atendidas, onde se confluem a execução da lei pela própria lei junto às pessoas e suas ideias e politicidades inerentes às suas vivências. “E isso nos leva a uma posição ético-política, no sentido de fazer com que o governo da sociedade seja sempre mais a encarnação desta subjetividade que se autogoverna, se autodetermina” (FIORI, 1991, p.118).

Acredito, com isto, que apesar da existência de uma política que visa manter um sistema que prioriza uma ação pedagógica caracterizada segundo Dussel (1977, p.211) “pela competição como única relação e o triunfo do mais forte” negando, por isso, o projeto da cultura popular há sempre a resistência a ele, formas de ser que vão se formando através do

encontro uns com os outros, através da vivência e do sentido que as pessoas dão àquilo que lhes acontece, nunca sendo, portanto, um simples dominar. “Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 1987, p.79).

Através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existe sempre a possibilidade de que juntas as famílias possam criar novos espaços e novas percepções. Costa (2001, p.30) adverte que “educar é criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda, ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais”.

Para Fernandes (2008, p.42) nos constituímos enquanto parte de uma sociedade “a partir de processos educativos que vivenciamos em diversos tempos e espaços, nossas experiências não escolares são relevantes em nossa formação para o exercício democrático.” Nesse sentido, estar presente, num espaço legalmente definido não deixa de criar possibilidades de aprendizado e lhe “deixa marcas que definem posições” (RENDIN, 1998, p.49) ao longo da vida, posto que, através da convivência as pessoas vão se formando umas com as outras e experimentando diversas formas de ser.

Posições estas dependendo da instituição e dos profissionais envolvidos capazes de fortalecerem as famílias quanto à sua possibilidade de expressão e convívio social; que considero relevantes no processo de formação humana onde o que se aprende e se ensina uns com os outros pode vir a estimular que os seres humanos sejam mais participativos e capazes de interferir no contexto no qual fazem parte ao invés de apenas assimilar aquilo que lhes é imposto socialmente. A partir dos conflitos vivenciados, das negociações, das atividades propostas ao grupo é possível considerar que as ações socioeducativas, fora do ambiente escolar, se inserem num contexto de inclusão e participação social quando possibilitam à criança e seus familiares a possibilidade de expressarem-se de forma que se reconheça participando. Segundo Freire (1981, p.20):

Transformar o mundo através de seu trabalho, “dizer” o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível em que se dê se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade.

### **3. Algumas considerações**

Temos uma capacidade quase infinita de suportar a dor, desde que haja esperança. Diz-se que a esperança é a última que morre. Mas o certo seria dizer: a penúltima. Há uma morte que acontece antes da morte.

Quando se conclui que não há mais razões para viver. Quando morrem as razões para viver, entram em cena as razões para morrer. (Rubem Alves)

Neste contexto, enquanto representante do poder público municipal vivencio algumas contradições que ainda há entre os interesses públicos e aqueles que se referem aos detentores de poder que ousam muitas vezes pela garantia do status quo, sendo que o espaço considerado enquanto direito dos cidadãos, no Brasil, precisa ser conquistado a cada dia.

Numa sociedade marcada por injustiças sociais, por inseguranças quanto ao trabalho, à saúde e educação cujos relacionamentos são moldados a partir do efêmero, do medo que uns tem dos outros, do pouco envolvimento pela falta de tempo ou de material humano suficiente para estar em comunhão, confesso ser um aprendizado constante ter escolhido trabalhar, assim como pesquisar com a população diretamente afetada por estas mazelas; devido à capacidade imensa que tem para manter os laços comunitários para a superação das dificuldades diárias. Bauman (2005, p.75) ao discutir a identidade dos indivíduos nesta sociedade alega que:

Precisamos de relacionamentos [...] aos quais possamos referir-nos no intuito de definirmos a nós mesmos. Mas em função dos comprometimentos de longo prazo que eles sabidamente inspiram [...] podem ser, num ambiente líquido moderno, carregado de perigos.

De suma importância, então, ter sido guiada pelas leituras de teóricos latino-americanos que discutem com vivacidade, amor, dedicação aspectos relacionados à educação e participação popular: Paulo Freire, Ernani Fiori, Enrique Dussel e Carlos Rodrigues Brandão, rompendo com a visão desencantada do capitalismo maduro e averiguando que “[...] de forma surpreendente, os pobres ensinam como encantar a vida, como resistir à opressão e como criar novas pedagogias” (RIBEIRO, 2005, p.28).

Vejo como contribuições desta pesquisa um material significativo para a política pública de assistência social, posto que, tentou ao máximo desmistificar as famílias que usam os serviços referentes à proteção social básica enquanto sujeitos “carentes” à espera passiva de atendimento socioassistencial e como, representante técnica de uma política pública percebo que, ainda, temos pouco conhecimentos e um olhar enviesado a respeito da população pauperizada brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002, p. 192. Disponível

em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/27138pdor.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2010.

ALGEBAILLE, E. B. **As ações da sociedade civil e do Estado diante a pobreza**. In: Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005. p. 73-99. (Coleção a academia na rua).

ALVES, R. **Do universo à jabuticaba**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 2010. 255p.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). In: \_\_\_\_\_.Pesquisa Participante: o saber da partilha. **A pesquisa participante e a participação na pesquisa**: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. Aparecida: SP: Idéias & Letras, 2006. p.22-54.

BRANDÃO, C. R. **Saber e ensinar**: três estudos de educação popular. Campinas: Papirus, 1984. 187 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004. In Legislação: Capacitação PMAS 2005/2006.2006. Brasília. p. 61-114.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009. Brasília.

BRASIL. SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Termos usuais da assistência social**. São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. 2004/2005. 175 p.

BAUMAN, Z.**Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.

COSTA, A. C. G. da. **Infância, juventude e política social no Brasil**. In: Brasil criança urgente: a lei. São Paulo: Columbus, 1990. (Coleção pedagogia social, v.3).

\_\_\_\_\_. **A Presença da Pedagogia: Teoria e prática da ação socioeducativa**. 2. ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 1999. 200 p.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUSSEL; E. **Para uma ética da libertação latino-americana III**: erótica e pedagógica. 1977. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, [s.d.].

\_\_\_\_\_.**La totalidad vigente**. In: DUSSEL. Introducción a la filosofía de la liberación. Colombia: Nueva América, 1995. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.84-108.

\_\_\_\_\_. **20 teses de política**. 2007.1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: expressão Popular. 184 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1987. v. 21.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. 8 ed. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007. 121 p. (Coleção Dizer a Palavra)

\_\_\_\_\_. **Professor sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olhos d'Água, 1997. 84 p.

FERNANDES, S. **Formação humana para o exercício da cidadania: Os saberes da experiência de jovens membros do Conselho Municipal de São Carlos**. 2008. 133 p. Dissertação de Mestrado em Práticas Sociais e Processos Educativos em Educação, Ufscar. São Carlos. 2008.

FERNANDES, S.; MONTRONE, A. V. G. **Da tolerância à solidariedade: superação necessária ao exercício da cidadania, na construção de uma sociedade mais democrática**. *Educação em Revista*. Marília, v.10, n.2, p.73-86, jul.-dez. 2009.

FIORI, E. M. **Textos Escolhidos: Educação e Política**. Porto Alegre: L&PM., 1991. v.2.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 121 p.

IAMAMOTO; M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326 p.

\_\_\_\_\_; M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATTOS, W. Educação nacional: pobreza do direito e (não) direito dos pobres. In: ALGEBAILLE, E. B; STOTZ, E. N.; VALLA, V. V. (Orgs.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005. p. 103-123. (Coleção a academia e a rua).

MOURA; M. L. S. de; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

REDIN, E. **O espaço e o tempo da criança: Se der tempo a gente brinca**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. 85p.

RIBEIRO, A. C. T. A resistência do compromisso. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAILLE, E. B. (Orgs.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005, p. 15-30. (Coleção a academia e a rua).

